UMA SOCIOLOGIA DO TRABALHO SEM O TRABALHO?

Fernando Ponte de Sousa*

RESUMO

O artigo discute e sugere que o paradoxo, a possibilidade da sociologia do trabalho sem o trabalho, é parte do seu próprio objeto. Para isso, considera ainda que o trabalho como funcionalidade moral, ética ou esteticamente explicável em si mesmo é uma idéia; o que se coloca é o trabalho como mercadoria, fetichizada, e o desafio maior da sociologia do trabalho está principalmente em contribuir na exposição de tal fetichização.

INTRODUÇÃO

Analisar, especializada e isoladamente, a sociologia do trabalho como ciência de um sujeito unificado, não é o que se propõe neste texto, mas sim, refletir sobre seu objeto mesmo, a sociedade centrada no trabalho, que para certa sociologia já não mais existe. Se assim considerado, o que nos resta então, uma sociologia do trabalho sem o trabalho?

É preciso abordar a questão na perspectiva de tendências paradoxais da sociedade contemporânea, historicamente datada, para não absolutizarmos fenômenos e imaginarmos um noumeno pós-moderno a substituir como recurso (não) explicativo a “mágica” da sociedade moderna: sem o trabalho e sem desmanchar-se no ar. Aliás, tal questionamento não é específico da sociologia do trabalho, remete-se à sociologia em geral, uma sociologia sem a categoria trabalho. Isso indicaria a idéia de a sociabilidade não ser algo igual a si mesma, separadas por um “corte imaginário” a cindir radicalmente” o comportamento orientado por fins determinados, um agir técnico vinculado ao trabalho, e o comportamento comunicativo, interação entre os homens mediatizados por regras” (Giannotti, 1989, p.20). Esse é o impasse metodológico da sociologia, não abandonando a representação deve-se tomá-la como objeto separado do seu corpo.

* Prof. Dr. Adjunto do Departamento de Ciências Sociais da UFSC.

SOCIEDADE EM QUESTÃO

Talvez não seja de agora tal suposto, dado que o interesse pelo agir social centrado no trabalho, quer dizer, pelo que então se chamou de sociedade, já era manifesto pelos primeiros “físicos sociais” da era das revoluções, dos fisiocratas franceses, passando pela ilustração, aos cibernéticos da atual virada de século, do trabalho agrário à atividade robótica, quer dizer, o lugar e tempo do trabalho na sociedade, e do lucro privado no desenvolvimento econômico. Desde à época, como entende Hobsbawn (1982), em que a política engatada no lucro, tinha o dinheiro como fala e como governo. E desde então a representação precisa distinguir-se do seu corpo - com a desintegração que Balzac conta na “A comédia humana” - excetuavam-se os laços da trocabilidade que precisavam ser garantidos de antemão como convertibilidade, ouro e papel-moeda.

A articulação dialética daquilo que foi separado, a “vida espiritual” em geral e as bases materiais, tem no conceito de trabalho a elucidação do ardil, isso se busca o sujeito vivo - vale dizer, concreto e imediato que se remete à natureza humana - contra as abstrações. Afinal, é relativo aos sujeitos vivos, concretos, que o trabalho pode ser definido como um ato que se passa entre o homem e a natureza, e tem sido a principal categoria da sociologia, fundamentando o estudo da apropriação real, da apropriação da natureza por intermédio das forças produtivas de uma forma social determinada, sendo fundamental também para a compreensão da estrutura econômica de um modo de produção e para a formulação das teorias de sua transição.

Na tradição hegeliana, o ardil seria conciliar o inconciliável, que sob a crítica de Marx seria conceber a riqueza e o poder (do Estado) como entidades alienadas do ser humano na história da produção do pensamento abstrato, cuja apropriação ocorre apenas na consciência, como movimento do pensamento. Mas é fascinante como na Fenomenologia do Espírito, Hegel mostra claramente a dialética da negatividade como princípio criador e motor, a auto-criação do homem como um processo, a objetivação como perda do objeto, como alienação e transcendência dessa alienação e, por isso expõe a natureza do trabalho e o homem concebido como resultado deste. Desta forma, o trabalho é essência auto-confirmadora do homem. Assim, Hegel observa o aspecto positivo do trabalho, auto-criação e não o seu aspecto negativo.

Marx propõe outro percurso para a mesma atividade, alterando-lhe a natureza social, embora mantendo-lhe o valor antropológico de auto-criação humana. Na realidade, Marx vincula o trabalho ao uso da força de trabalho, vendida e consumida pelo comprador, fazendo-a trabalhar, transformando em ação o que antes só era em potência materializada em valor de uso e mercadoria, para que se efetue ao capitalista e sob seu controle. Posto assim, metodologicamente falando, o trabalho não é separado da forma social capitalista

em que se reveste, mas como processo é o que deve ser analisado de início, que desemboca e se extingue no produto, e com este confundindo-se. Portanto, o que no trabalhador era dinamismo agora no produto é quietude. É o processo de alienação que se realiza no trabalho e na divisão do trabalho; o trabalho e seus produtos assumem uma existência à parte do homem, de sua vontade, cuja conciliação, teoricamente, só se realiza como categoria dialética - arditamente, diria Giannotti. Enquanto o homem se torna, pois, alienado de si mesmo, o produto do seu trabalho é-lhe estranho e racionalmente dominador, mas, paradoxalmente, impera com os novos laços, libertando o indivíduo das cadeias do tradicionalismo, tornando dupla a revolução, da economia e da razão, embora distintas como corpo e representação, daí não ser algo igual a si mesmo como já assinalado anteriormente.

Mesmo considerando esta distinção, as tradições clássicas da sociologia abordam o trabalho como fato sociológico fundamental, embora partam de lugares distintos e façam percursos - representações - diferentes. E talvez aí origina-se ainda o ardil, apresentando-se agora como paradoxo, não só a sociologia, mas a própria sociedade que se ergueu com o trabalho e sem o trabalho se apresenta.

Para Clauss Offe, da Faculdade de Sociologia da Universidade de Bielefeld,

“As respostas fornecidas entre o final do século XVIII e o final da I Guerra Mundial às questões relativas aos princípios organizativos da dinâmica das estruturas sociais, certamente chegaremos à conclusão de que ao trabalho foi atribuída uma posição-chave na teoria sociológica” (Offe, 1989, p.5).

Marx, Weber e Durkheim, exemplificadamente, para Offe, têm como ponto focal de suas contribuições, embora com diferenças metodológicas, a sociedade conflituosa do trabalho.

Hoje, “a questão central é: ainda podemos preservar esta preocupação ‘materialista’ dos clássicos da sociologia?” (p.5). O autor não discorda que na sociedade econômica, o trabalho “livre” assalariado, divide com a propriedade privada a esfera da produção. Releva a importância da contribuição de Weber sancionando teologicamente com um “status ético” a esfera do ganho no mercado; ressalta a originalidade de Durkheim ao propor a divisão de trabalho como uma nova fonte de solidariedade e, finalmente, considera a análise que Marx faz da “distinção conceitual” entre os processos de “produção” e de “valorização”. Entretanto, Offe considera sociologicamente questionável exatamente estas questões fundantes da então “física social”, em especial o trabalho assalariado e suas contradições com poder de determinação.

De fato, de forma mais abrangente, se as contradições estiverem vinculadas ao Estado num caráter de totalidade superior, onde se resolvem ou se

acomodam os conflitos sociais, terminam por negar tal caráter, na medida que a sociedade burguesa já trouxe no nascedouro a família, a indústria e o comércio, reivindicando autonomia, dando conteúdo corporativista desde o século XVIII, embora diferentemente em Hegel e em Marx, e, para este último, distanciando-se do direito, a dimensão sociológica da sociedade civil é a própria sociedade burguesa. E este é o espelhamento que parece ser questionado pela “nova sociologia”.

Contra Marx, e não só contra Marx, mas contra a sociologia, a referida tese aponta o declínio do modelo de pesquisa social centrado no trabalho, ausente da agenda temática das contribuições mais importantes da ciência contemporânea. A natureza dos conflitos sociais, o controle e otimização das relações de produção nos aspectos organizacionais e econômicos não seria mais a racionalidade “que prenuncia um desenvolvimento social posterior” (Offe, 1989, p.7). Os fatores do trabalho, como variáveis dependentes, reduzem e confinam a sociologia a um aspecto industrial especial. Os novos indicadores da análise da vida cotidiana invertem o enfoque: originam-se fora do trabalho os conflitos aí engendrados. Outros paradigmas descentram a análise sociológica também no comportamento eleitoral e na atividade política em geral: família, papéis sexuais, saúde, comportamento “desviante” e ecologia, inclusive nas abordagens que se propõem sob a perspectiva metodológica do materialismo histórico. E mais ainda, são os modelos ligados à essa tradição e à teoria crítica que tendem em favor de um “mundo-da-vida cotidiana”, delegando o conservadorismo aos cientistas sociais que ainda defendem modelos sociais e critérios de racionalidade referidos no trabalho e na renda.

Talvez esteja em elaboração uma teoria sociológica da transformação do seu objeto, limitando o que se convencionou chamar de sociologia do trabalho à sociologia das opiniões e representações e de sócio-ergonomia, o estudo da eficiência participativa nas novas plantas produtivas das empresas modernas.

Por suposto, recorrendo novamente à Offe, a destituição do objeto originário da sociologia e da sociologia do trabalho, sustenta-se no declínio do poder determinante e explicativo do mundo do trabalho, de produção e consumo, sobre as condições de vida. Indaga o autor: “a sociedade está objetivamente menos moldada pelo fato do trabalho? A esfera da produção e do trabalho está perdendo sua capacidade de determinar a estrutura e o desenvolvimento da sociedade mais ampla? Pode-se afirmar que, não obstante o fato de uma esmagadora parcela da população depender de salário, o trabalho se tornou menos central para os indivíduos e para a coletividade?” (op.cit., p.8). Pode-se, portanto, falar de uma “implosão” da categoria trabalho? Offe responde afirmativamente considerando algumas razões, tais como, a não desvinculação entre percepção de interesses, estilo de vida ao lugar que a pessoa ocupa na produção, inclusive por considerar uma ampla variação em termos

de renda, qualificações e indicadores de referenciais sociais; a diferenciação interna do conjunto dos trabalhadores e a erosão de uma identidade coletiva; e, as diferenças entre formas de trabalho produtivas e de serviços, enfatizadas pelos sociológicos do trabalho, trazendo um outro paradigma, a sociedade de serviços, pós-industrial, ou, base para a sociedade que já não seria, sem o trabalho. Deve-se então perguntar: o que seria então a atual sociabilidade?

Desta forma, a questão, a nosso ver, vai além de se perguntar o que caracteriza a atual sociedade como explicativa de uma teoria sociológica de transformação do seu objeto. Os paradigmas hoje postos como “superados” foram aqueles erguidos originariamente com a sociedade e sua ciência, a sociologia. Credenciando-se novos paradigmas, os da era pós-industrial, dos serviços, descredencia-se o modelo matriz, que sustentava sua ciência, aquele que veio em oposição ao conceito de nobreza, isto é, a **sociedade**, construída na era das revoluções da economia feudal para a economia burguesa. Logo, sem o trabalho, a sociologia não fica também sem a sociedade? Este é o impasse posto pela sociabilidade em questão.

As manifestações empíricas desta sociabilidade são apontadas como fundamentos não da negação da sociedade, mas de uma dada sociedade, a “sociedade do trabalho”, pela “sociedade capitalista industrial, altamente desenvolvida e conduzida por um welfare state igualmente desenvolvido” (Offe, 1989, p.16). Sociedade prognosticada como de “drástico declínio no potencial de absorção do mercado de trabalho” (Op.cit., p.15), de redução dos períodos médios de trabalho como proporção de tempo de vida e perda da eficácia que o mecanismo do exército de reserva talvez ainda exerça. Em suma, tais manifestações colocariam em exposição a crise da sociedade do trabalho, passando a exigir uma revisão na sua teoria sociológica, mas no âmbito da sociedade ainda legitimada, não mais pelo trabalho, mas pelas “coisas que fazem a felicidade das pessoas: autonomia, auto-estima, felicidade familiar, lazer livre de tensões, amizades” (Op.cit., p.15). Noutras palavras, na ausência das categorias e conceitos relativos às relações de produção, a sociedade apresenta-se com um alto grau de indeterminação em vastas regiões sociais a serem mapeadas e explicadas por outros conceitos.

MODO DE PRODUÇÃO - MODOS DE VIDA

Habermas tem sido citado como o autor de uma proposta teórica que satisfaria esta necessidade, justamente pelo seu afastamento dos paradigmas teóricos clássicos, aposentando a “epistemologia do trabalho”, assim como Foucault, Tourraine e Gorz, que não mais equiparam desenvolvimento das forças produtivas com a emancipação humana.

Como acentua o próprio Offe (1989), postas desta maneira, o uso de dicotomias, como “modo de produção” versus “modos de vida”,

“distribuição” versus “formas de vida”, “valores materialistas” versus “pós-materialistas”, carrega algumas dificuldades no âmbito mesmo do conceito de sociedade. Sua primeira fraqueza seria que, no âmbito da sociedade burguesa, as dimensões do trabalho e da produção “são bastante conhecidas” (Idem, p.19), enquanto as estruturas e atores no domínio da “forma de vida”, são muito menos claros. E sua segunda fraqueza seriam as dicotomias que se reduzem a classificações “ad hoc”, sem uma teoria da mudança social, com novos campos de ação, novos atores e novas formas de racionalidade.

Na realidade, não se pode ignorar que as transformações geradas na sociedade industrial atual, que configuram a civilização científico-técnica, colocam sérias questões quanto à população trabalhadora, à natureza técnica e econômica do processo produtivo, à reconceitualização de sociedade civil, às representações e às ações intersubjetivas, que requerem atenção dos cientistas sociais, porque não está em jogo apenas a modelagem de uma nova sociedade, como já bem apontava Friedmann (1973), no âmbito da sociologia do trabalho. Para nós é possível que tendencialmente, como já foi dito, esteja em jogo a sociedade. E, se de um lado estão presentes elementos novos de sociabilidade, de outro, roubam a cena os elementos de barbárie ainda presentes e radicalizados como constitutivos da sociedade vigente e suas contradições, escopo não transparente de sua dinâmica.

Pela sua não transparência, a economia burguesa torna a sociedade fetichizada e que, à luz da sociologia positivista é tomada muitas vezes por conceitos “ad hoc” quanto às possibilidades das transformações históricas.

É uma visão mecanicista a da correspondência direta entre o modo de pensar e modo de trabalhar. A diversidade de consciências, opiniões e interesses, encontra complicadores na diversidade de modalidades, nas formas de divisão social e técnica do trabalho e sua articulação atual com a sociedade de consumo. É possível que o próprio conceito de reificação, ao tratar da objetivação e objetividade, abra espaço para a sobre-determinação do trabalho não mediatizada dialeticamente, quando na sociedade burguesa, “não se trata do trabalho e do processo laborativo em geral, mas de uma forma social determinada, o trabalho humano abstrato criador de valor e o processo de valorização; portanto, não se trata simplesmente de objetivação, mas precisamente de reificação” (Sochor, 1987, p.53-4). Noutras palavras, tal identificação é problemática na medida em que a objetivação, enquanto permanente apropriação humana, não abriria possibilidade à transitoriedade de sua forma reificada, muito embora, como disse ainda Sochor (op.cit.), esta possa ter outras origens que não a estrutura da sociedade burguesa.

Uma aplicação da correspondência mecanicista entre modo de pensar e fazer, deriva assim da não distinção acima referida, possibilitando um reducionismo histórico das formações sociais contemporâneas e abrindo caminho para as postulações de conceitos que se constituiriam, em contrapartida, na

indeterminação, abstraindo a **sociedade** de uma dada forma social historicamente situada. Portanto, é necessário considerar, por exemplo, que a menor significação do fato de ser “empregado”, para compreensão das ações culturais, organizacionais e políticas é mediatizada por fatores de formação/fragmentação de identidade, próprios da objetividade cultural que não deixa expor aquilo que não se expressa em preços. Assim, novas formas de identidade, de organização e de efetividade do Estado parecem ser colocadas no espectro que ronda diferenciadamente, não só a Europa, mas hoje, todos os outros continentes do sistema de carências da sociedade burguesa.

SER SUJEITO

Considerado o sistema de carências da sociedade burguesa, quer dizer, as carências radicais, também considerados estão os sujeitos vivos, os que produzem e que criam os instrumentos de produção e satisfação para suas necessidades, tornando o trabalho algo mais do que um conceito normativo. Trata-se, portanto, de uma categoria explicativa cujo percurso, sob determinadas formas sociais, é um recurso epistemológico do ser sujeito - ser social - na desmistificação de uma sociedade não transparente.

Exatamente neste percurso constituem-se os indicadores das antigas e novas formas de identidades e efetividades dos sujeitos, que se dão ao nível da dinâmica do movimento histórico e ao nível molecular dos movimentos sociais.

Atualmente é possível que o sujeito social (ou sujeitos sociais) conforme a análise de Krischke (1989) e de alguns autores identificados com o individualismo metodológico (Elster, Przeworski), “realiza conquistas moleculares y experiencias parciales acumulativas, en las cuales ejercita su propia construccion como sujeto social que antecipa el futuro frente a la historicidad de las necesidades no satisfechas por esta sociedad” (Krischke, 1989, p.75). Significa que sob novas formas de sociabilidade, urbanas por exemplo, as classes sociais em diferentes relações de mediação com o plano das necessidades, constroem e reconstróem novas identidades e efetividades como sujeitos, num modo de apropriação cuja produção da barbárie não é contingencial, mas inerente, como gênese reprodutiva do modo de produção. Desta forma, as modalidades de barbárie, longe de serem inevitabilidades da natureza humana, são contingências históricas específicas de uma dada objetivação, a da sociedade capitalista e de seu específico sistema de carências e alienação. Nem “determinista”, nem “voluntarista” (op.cit., p.92), o conceito de necessidade é apontado então como mediação entre a sociedade e a política, sem implicações reducionistas que desconsiderariam os fundamentos micro-explicativos dos fenômenos sociais.

De fato, tal recurso metodológico é muito interessante, à sociedade, entretanto, é importante destacar o cuidado com seus limites, com o seu outro lado, que seria reduzir as categorias sociais da totalidade às relações atomísticas tomando os novos sujeitos como contingenciais ou conjunturas a dados momentos sociais. A sociologia estaria salva com os novos sujeitos, mas continuaria sem o trabalho, o que seria também apresentar os novos sujeitos como epifenômenos ou acessórios, enfim, suficientes às análises exclusivamente individualistas e provisórias. Ora, para a sociologia não seria uma base fundante, visto que impõe uma dificuldade lógica à ciência social que precisa de um sujeito dialeticamente unificado, com a dupla condição que encerra o ser sujeito, criatura e criador.

Posto assim, propor aos agentes coletivos da práxis atual a condição de sujeitos dialeticamente unificados, implica em abordar alguns pressupostos desta práxis, como se seguem.

PRESSUPOSTOS

Um dos pressupostos de fundamental importância conceitual à sociologia diz respeito à forma de como os homens produzem socialmente suas vidas. Homens concretos, carentes e vivos, são os que estabelecem, independentes de sua exclusiva vontade, relações necessárias à produção de sua existência social. São relações que se estabelecem cultural e historicamente nos âmbitos político, jurídico, psicológico e da estrutura econômica da sociedade, que lhe dá razão de ser, e que em certa medida dependerá de como se constitui a modalidade de propriedade dos meios que lhe são inerentes e impessoais. Destas relações erguem-se as forças produtivas, como conceito, porque expressam relações concretas, sem as quais não há como indagar, propor, ou “buscar”, na **necessidade** interna, um desenvolvimento intrínseco da história das sociedades” (Cardoso, 1988, p.41).

Por outro lado, mais uma vez é preciso cuidado com as simplificações em, por exemplo, não reduzir ou limitar o conceito de forças produtivas exclusivamente à sua forma técnica, especialmente na atual época de significativos avanços científico-técnicos, abordados mais adiante. Esta observação justifica-se também pela existência de diferentes e variadas concepções deste conceito, na medida que nos textos de Marx tal definição não aparece tão formalizada, e sim, discutida. Mas, interessa aqui destacar que não limitando o conceito de forças produtivas ao arranjo de técnicas, instrumentos e procedimentos de produção, abre-se seu constructo à uma gama variada de atividades físicas e intelectuais, instrumentais e organizacionais dos homens, na cumulatividade de sua divisão social e técnica - na operação e gestão da produção, em outras palavras, na hominização. Quer dizer, as exigências dos homens como sujeitos pressupõem a conceituação de forças produtivas relativas

às relações sociais de produção - na cooperação e no controle do trabalho. Desta forma, as forças de produção podem ser propostas como base para a história, pressupondo aspectos objetivos e subjetivos, relativos ao modo de produção, ao “modo de vida” e seus saberes.

Metodologicamente, a questão que se coloca hoje com mais evidência que no século anterior, é que tendencialmente o tempo de trabalho necessário tem sido menor, pelo desenvolvimento de tecnologias e operações de controle e programação da produção e sua qualidade, pela intervenção nas condições adversas do meio-ambiente, pelas maiores especializações e, ao mesmo tempo, parcerias entre blocos hegemônicos, acarretando com o aumento populacional o aumento do trabalho improdutivo a ocupar, em atividades diversas, parcelas ponderáveis da população. Tais condições, por si só justificariam a inter/multidisciplinaridade científica da análise da realidade nos novos campos incorporados às relações de produção tais como, a biodiversidade e o biopoder, o que não torna mais fácil, ao contrário, parece tornar mais complexa a análise das representações, dos interesses e de todo o mundo imaginário, de grande fascínio e sedução intelectual, cujo pós-modernismo é a fragrância atual de sua fetichização.

Outro pressuposto que não deve ser ignorado refere-se ao caráter global da valorização e acumulação do capital, cujo desempenho relativamente favorável vem do período posterior à Segunda Guerra Mundial. Trata-se de um ciclo ou tal desempenho corresponderia a um novo padrão do sistema? Dependendo da resposta à esta indagação estaria em jogo a transformação estrutural ou a superação do capitalismo. A possível resposta, é claro, influirá por consequência, na análise que se faz da realidade social, dado que o pressuposto é o que metodologicamente imprime perspectiva à mesma.

Neste sentido, pondera-se aqui que a tendência mais provável, considerando-se os posicionamentos de diferentes análises de sociólogos e economistas, é que esta caracterização binária e antagônica não se põe de maneira imediata, faz-se de forma mediata. É preciso relevar que parte da argumentação da perspectiva apologética sustentava-se na defesa do Estado do bem-estar, cujos recursos econômicos públicos e privados, foram garantidos pela regulamentação e pelo gerenciamento Estatal. Esta argumentação é contraditória à natureza liberal clássica do capitalismo, mas de qualquer forma seria correlata à tese de que tal intervenção foi esteio do surto de industrialização, que por sua vez provocou profundas mudanças na humanidade, possibilitando uma nova civilização, quer dizer, a vigência de princípios econômicos e políticos novos. A sociedade industrial da opulência evoluiu à sociedade pós-industrial, terciária e quaternária, científica e informacional, sem o trabalho. Tal enfoque, mesmo por esse viés, não deixa de ser uma espécie de fortalecimento do determinismo tecnológico como cultura das forças produtivas. Um elogio à Marx? É mais lógico supor um reducionismo visto a exclusão das media-

ções com o universo mais amplo das relações sociais. Fica evidente que a razão de ser metodológica de tal exclusão funda-se na consideração da força de mudanças e evoluções do capitalismo nele mesmo, permanente e infinitamente alimentado pelo barulho dos seus êxitos, como o veloz cavalo da mitologia que também alimentava-se do barulho dos seus próprios cascos. A exclusão da mediações opera-se em colocar entre parênteses as contradições e barbáries expostas na manutenção da miséria junto à maior concentração de riquezas privadas, nas questões raciais, na generalização da delinquência, na destruição dos ecossistemas e na visível incapacidade dos governos de resolvê-los, mesmo aqueles de feições mais democráticas.

É exatamente o caráter contraditório da sociedade que, como pressuposto sociológico, poderá descortinar suas representações, mesmo considerando, inegavelmente, os avanços da revolução científico-técnica. Logo, se a atuação do Estado foi justificada por um determinado momento, não se efetivou assim apenas pelas pressões dos movimentos operários, mas também pela necessidade de valorização do capital, em especial nos países de capitalismo tardio, que legitimavam o Estado, substituindo a “competição de preços” pelo “estabelecimento de preços” (Habermas, 1980, p.53).

Mesmo na atual década de política monetarista neo-liberal as contradições, agravadas com as recessões que se estabelecem na redivisão internacional do trabalho, fazem com que a competição de preços no mercado oligopolista tenha sua contrapartida no mercado de trabalho. Nas economias de capitalismo tardio, sem poupança social, isso não se faz da mesma forma, diferentes que são as correlações de forças, onde o Estado ainda tem forte presença na tentativa de equalizar os conflitos permeados pela presença de ramos empresariais dependentes, trabalhadores desorganizados e marginalizados, provocando “crises permanentes nas finanças governamentais, ao lado da pobreza pública, (i.é., empobrecimento de transporte público, educação, habitação e cuidados médicos)” (op.cit., p.54).

Se nas formações sociais desenvolvidas são remotas as possibilidades do capitalismo avançado se auto-transformar, nas economias de capitalismo tardio, onde o Estado ainda atua como regulamentador do extermínio de classe, as possibilidades remotas não existem, mesmo que administrados os distúrbios do crescimento capitalista.

Posto assim, a sociologia não seria a mesma, ignorando a contradição da “produção socializada para fins particulares” (op.cit., p.55). A cumplicidade e os conflitos de classe assumem novas formas políticas que dependerão de como as crises são administradas no atual estágio de evolução das formas de trabalho e valorização do capital, ou seja, relativo à estes conceitos de interesse da sociologia, articula-se um outro: o poder.

Neste estágio, de economia monopólica e multinacional, ainda que desigualmente combinada com corporações familiares, locais e de atividades

mercantis marginais, a miséria espelha o excedente, em cuja irracionalidade explica-se a lógica e a ética do mercado onde não são assimiladas com tranquilidade as minorias nacionais e as nuvens de populações migratórias. Aos problemas superestruturais parecem deslocar-se energias da guerra de classes. Mas, não seria isso supor uma sociedade centrada no trabalho, negadora do papel revolucionário da classe operária? Tal conclusão não seria imediata à anterior, dado que os mecanismos de adaptação também geram rejeição e rebeldia quando se tem uma consciência crítica destes. É possível esta consciência nascer dos setores marginalizados e não necessariamente dos operários quando integrados ao sistema.

Estas idéias partilhadas por Marcuse e André Gorz explicariam que a sociedade industrial, de abundância e exclusão, possibilitaria uma nova forma de luta, mais avançada, ou seja, o controle operário para dirigir a produção e a sociedade. Por outro lado, estas expressões de lutas mais setoriais não seriam necessariamente excludentes às lutas sindicais mais tradicionais.

Outro aspecto a ser considerado, nestes pressupostos e que por hipótese não nega os anteriores, é que talvez pelo estágio do alto grau de internacionalização e socialização da produção, a compreensão do capitalismo atual passa pelo estudo do capitalismo a nível mundial. Os conflitos locais em formas arcaicas ou novas, de alguma maneira não excluem determinadas variáveis do caráter monopolista da sociedade capitalista, de concentrações tecnológicas, econômico-financeiras e de capital sem fronteiras.

Visto assim, em termos de evolução/supressão do trabalho, verifica-se que não é o avanço científico-tecnológico que determina a realização do capital, mas ao contrário, os requisitos de centralização financeira, internacionalização do capital e intervenção estatal visam também desenvolver, patentear, privatizar e aplicar os avanços da evolução científico-técnica do trabalho. Logo, isto significa admitir as contradições entre o desenvolvimento de determinadas forças produtivas com a atual estrutura, primando pela não valorização do trabalho. Como? Com base nas transformações tecnológicas, evolui para serviço o trabalho mais qualificado, sofisticado e intelectual, ou seja, para o não trabalho relativo na sua mais valia ao infinito (eliminando o trabalho vivo como base de valorização), e involui para a desqualificação e extinção do trabalho propriamente dito, junto às parcelas excluídas de tais avanços.

Sem menosprezo dos fatores de gestão e administração do desempenho da produção, que podem inspirar uma “nova” sociologia do trabalho, agora “sem o trabalho”, o que está em jogo, quando ocorre o que assinalamos acima, são crises de estruturação e reestruturação do processo de acumulação capitalista. Do contrário seria supor o que não foi constatado até o momento, que a socialização do capital tivesse eliminado a propriedade privada e o regime de salários.

Se no limiar do século XXI o não trabalho ainda não conseguiu criar o não padrão, se o mesmo existe, cabe lançar a pergunta: afinal, para que serve este? Talvez a resposta dependa ainda do trabalho e dos trabalhadores, esta é a questão. Na sua perspectiva, a resposta indica pelo menos que a lógica de ser dos padrões está na organização não igualitária do trabalho, onde as instituições sociais, políticas e econômicas, sustentam-se na organização hierárquica, cuja função social é a acumulação. É neste sentido que o contra-controle é fator operante e politicamente fundamental para a sociologia compreender as novas formas de mediação e participação social dos trabalhadores. Sem as quais, mais difícil fica a lógica de ser de uma ciência social sem seu sujeito unificado.

Ainda a respeito da revolução científico-técnica é preciso clareza na sua desmistificação. Voltamos a frisar que o capital monopolista não precisa do trabalho científico-técnico para se desenvolver, precisa sim da internalização da economia para aplicar os seus avanços. Enfim, trata-se de uma **determinação dialética e não unilateral, tendencialmente falando**, é o que faltava acrescentar ao raciocínio anterior. Desta forma, fica patenteada a separação entre os trabalhadores e os meios de produção, no sentido técnico, no processo de socialização da produção (divisão social e técnica da produção), provocado pelo desenvolvimento das forças produtivas com a introdução das máquinas.

Esta determinação dialética, não unilateral, aqui ressaltada, destaca-se principalmente a partir da segunda metade do século XX, quando a ciência foi usada como também determinação para orientação do processo de expansão dos povos, universalizando a revolução industrial. A evolução tecnológica tem sido fundamental na transformação das relações que unem os homens às suas obras, mas não como definidora das realidades sociais. Entretanto, influi sobremaneira nas ações humanas sobre a natureza externa e com a ação da ciência na tentativa de transformação universal de todas as forças produtivas, exercendo funções diretamente ligadas ao processo produtivo, influi na ordem social com a reordenação da forças de trabalho e no tipo de educação necessária à sua reprodução.

NOVAS BASES MATERIAIS DAS CONTRADIÇÕES

Algumas implicações sociais surgem com a reordenação das forças de trabalho, apontando novas bases materiais das contradições de classes anteriormente referidas. Para a sua compreensão seguem-se alguns fatores de contextualização.

1) O desenvolvimento da concentração e monopolização da economia se faz com o aprofundamento de suas contradições sociais, a indicar alguns fatores, tais como:

- a) as relações de dependência inter-países (mercado, tecnologia e recursos humanos), como consolidação de formas de dominação, reacomodam-se em função das redefinições da divisão internacional do trabalho - outros países expoentes e novas tecnologias, ampliação dos mercados, avanços da exploração relativa do trabalho para exploração absoluta e grandes concentrações urbanas;
- b) avanços tecnológicos com destaque para o avanço da “revolução científico-técnico”- se antes a superação dos patamares do desenvolvimento eram processos de milhares de anos, agora são poucos anos com o desenvolvimento da informática, micro-eletrônica, telecomunicações, novos materiais, biotecnologia, química fina, a influírem na tecnologia da produção material e econômica, repercutindo também em novos processos de trabalho, profissões, cargos, ocupações e salários, configurando-se um desenho diferente no conjunto das classes sociais, principalmente com o crescimento das atividades vinculadas ao trabalho intelectual;
- c) repercussões a nível político, quer nas alterações das correlações das forças políticas, quer nas representações ideológicas e culturais;
- d) a satisfação das necessidades fundamentais criando novas necessidades não se faz de maneira mecânica, e sim dialética, na medida em que o sistema de carências da sociedade se complexifica;
- e) em suma, ao lado da satisfação de setores da produção e do mercado, com maiores e diferentes exigências de consumo, há um aumento da população marginalizada, desempregada e desassistida dos serviços sociais - é um verdadeiro genocídio de classe.

2) Ao mesmo tempo que a inteligência se torna a mais importante mercadoria, o genocídio de classe é o modo mais selvagem de eliminação das pessoas.

Com a evolução dos métodos de trabalho por meio de novos fatores tecnológicos, a produção é cada vez mais sofisticada, e exige homens mais sofisticados. Nos países mais dependentes isto se processa por meio de uma formação e reciclagem da mão-de-obra, suficiente apenas para atender à demanda de produção lucrativa, e não aos limites de exigências sociais mais amplas. Conseqüentemente, ocorre um aumento do subemprego e do desemprego, da mortalidade infantil, e dos índices de excluídos do processo produtivo e seus resultados.

Por outro lado, o país dependente não tem condições de acompanhar com oferta de serviços públicos a demanda dos milhares de miseráveis que

vão morrendo ano a ano, dia a dia, sem assistência à saúde e sem seguro desemprego realmente satisfatório.

Em síntese, o sistema de produção econômica assume sua configuração como forma enganosa de estabilização: a modernização, via os processos de trabalho e universalização e monopolização do mercado, carrega a concentração de renda e o genocídio de classe. No caso do Brasil isto se opera no campo social, exterminando milhares de pessoas como a maior de todas as violências já vividas.

“Modernidade”, “civilização modelar”, “primeiro mundo”, são expressões com que diversos governos brindam os cidadãos brasileiros, enquanto na prática o país descamba do terceiro para o quarto mundo no tocante às condições de vida da população.

Em 1990 a América Latina bateu o recorde: duzentos e quatro milhões de pessoas vivendo abaixo do limite de pobreza. Mais do que na África e na Ásia, que é de 15% o índice de abandono do ensino nas escolas primárias; 44% da força de trabalho está desempregada ou subempregada. São índices do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e do Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Enquanto avança o “desenvolvimento” insustentável e regressivo, os juros - somente os juros - da dívida externa latino-americana determinaram, entre 1982 e 1988, uma transferência líquida de capital da região para os países credores de duzentos bilhões de dólares. Com isto, o número absoluto de pobres é 50% maior do que em 1960.

O relatório de 1991 da UNICEF aponta que metade dos recursos dos países em desenvolvimento é gasto com o pagamento de juros da dívida externa e despesas militares. Por isso mesmo, segundo ainda a UNICEF, mais de cem milhões de crianças que nascerão na próxima década vão morrer antes de completar cinco anos de idade.

Segundo o Banco Mundial (1991) somos o terceiro país do mundo na concentração de renda e desigualdade social. Na frente do Brasil só mesmo Honduras e Serra Leoa. E o IBGE confirma, a concentração de renda no Brasil atingiu no ano passado o índice mais alto já registrado: os 1% mais ricos da população detêm 17,3% do bolo.

Segundo informações divulgadas no 6º Congresso Brasileiro de Gastroenterologia Pediátrica e Nutrição, a cada dez minutos uma criança morre por diarreia na região Nordeste. A crueldade não para aí, a UNICEF confirma que a cada hora no Brasil uma criança morre por não ter recebido as vacinas obrigatórias por lei.

Este paradoxo cristaliza-se no Brasil com a quase ausência de investimentos em ciência e educação. Continuamos patinando, vendo os investimentos em ciência e tecnologia em níveis inferiores aos de uma década atrás.

O mesmo quadro é composto por outra tendência que torna mais grave a situação da população brasileira.

O aumento da pobreza e a intensificação da produção para a morte tem se realizado de forma combinada com a relação campo versus cidade.

Na região Sul do país, o IBGE já apontava no censo de 1980 uma grande inversão do quadro geo-populacional, reacional ao quadro econômico, configurando a formação de novas demandas.

Em inúmeras cidades do interior da região Sul já se verifica no mesmo quadro geo-populacional das concentrações urbanas, uma configuração de ocupações diferentes, ou seja, na média, a mão-de-obra ativa rural não chega a 5% do total, enquanto a mão-de-obra ativa do ramo secundário da economia já chega a 15% e, é significativo, o terciário absorve 35% da mão-de-obra ativa. O restante da população vive agregada à população ativa, vivendo do subproduto de sua renda.

Mas o que se pretende destacar é que estes índices confirmam com esta tendência de modificações na divisão técnica do trabalho, a indicar uma nova estratificação de classes e, portanto, um vasto campo de ação política com exigências diferenciadas. Não que as classes não existam mais, ou que não exista mais a razão dos seus conflitos.

A análise concreta aponta alterações na sua estratificação e na cristalização de seus interesses e conflitos. É possível que a classe operária, no sentido clássico e tradicional, esteja em extinção, mas não a classe trabalhadora, notadamente mais sofisticada e intelectual, porque a forma de propriedade continua privada, embora com novas bases materiais nas forças de produção.

Na realidade, três fatores tendenciais são inter-relacionados:

1) A desocupação do campo, com o aumento das grandes propriedades aplicadas na pecuária e/ou desenvolvimento da cultura extensiva, necessitando cada vez mais de pouca e especializada mão-de-obra.

Para exemplificar, no Noroeste do Paraná, cidades que não se sustentam como pólos de serviços, há trinta anos atrás, tinham trinta mil habitantes, e hoje estão com dez mil, e sem nenhuma perspectiva alternativa.

2) Enquanto isto, nas cidades pólos, e não apenas nos grandes centros urbanos, desenha-se o quadro do inchaço populacional, numa combinação do moderno e do atrasado. Uma população com novo quadro estatístico de ocupações, espalhada nos espaços urbanos em condições e valores que exigem novas identidades.

3) Ao mesmo tempo que a formação de novos estratos em função do crescimento das novas ocupações, cria novos valores, sonhos e necessidades de vida e de consumo, especialmente para a juventude, que engloba hoje a maior parte dessa população, as cidades não apresentam todas as condições para esta expansão física e cultural. Ou seja, crescem demasiadamente as demandas de consumo.

Sociologicamente dois elos unificam e organizam os homens, a produção e o consumo.

O elo produtivo é o mais estudado, mais organizado na ação política da sociedade civil, mais tradicional na intervenção sociológica. Mas, tão importante quanto o elo produção, socialmente falando (compreendendo fatores econômicos, políticos e culturais), é o elo consumo.

Consumo não no sentido do consumismo, mas dos serviços: alimentação, moradia, transporte, educação, saúde, proteção ambiental, lazer e outros. Hoje, encontra-se também nas médias e até nas pequenas cidades problemas que se imaginava próprios dos grandes centros, problemas derivados da ausência dos serviços acima mencionados, que fomentam a precariedade urbana, agravada em seus vários fatores, incluindo aquele que hoje mais preocupa a população: a violência.

Desta forma, os conflitos de classe passam a ter um desenho diferente. Hoje, o governador, o prefeito, instituições públicas e encarregados de serviços se materializam como alvo de ação política das massas, mais do que os patrões. A politização da luta política faz-se na politização das reivindicações dos serviços que não acompanham em quantidade e qualidade o grande aumento das demandas urbanas.

Ser cidadão não é apenas ser sindicalizado (produtor) e lutar por melhores salários, ser cidadão é também ser consumidor, e enquanto tal, ter efetivados todos os seus direitos.

Nas gestões políticas os pleitos eleitorais deixam de estar associados apenas ao mundo produtivo (através do partido de classe) e passam a se associar também ao mundo do consumo, especialmente no Brasil, com o aprofundamento do grau de desemprego, fome, mortalidade e outras mazelas.

Trata-se de um campo de conflitos que exige um projeto que vai mais além da classe (operária, trabalhadora, campesina). É um projeto para a sociedade, englobando o cidadão, o marginal, o excluído, os grupos diferenciados e discriminados, a mulher, o meio-ambiente, o imaginário da juventude, a paz, enfim, a vida.

Entretanto, pelas razões já apontadas, tais conflitos estão centrados no caráter de classe da sociedade, e seu estudo não é projeto de uma única ciência e sua especialidade. No campo das ciências sociais a sociologia se obriga a ampliar a sua interdisciplinaridade, apresentando à sociologia do trabalho maiores complexidades, como parte de sua lógica, e não como parte de sua extinção.

REORDENAÇÃO DAS FORÇAS DE TRABALHO

Com relação ao grau de complexidades acima citado, a evolução das técnicas produtivas que influenciam na nova ordem do trabalho, repercutem

junto à quase totalidade da população, de forma desigual, como foi expressado, entre as sociedades de capitalismo tardio e sociedades ou zonas altamente industrializadas. Nestas últimas, provoca a necessidade de readaptação à nova realidade pontuando crises das organizações sindicais e dos partidos operários.

Um exemplo está na automação e na robotização da produção com máquinas de execução e programação, liberando mão-de-obra numa velocidade superior ao crescimento dos setores que poderiam absorvê-la. E mais, também as situações de crise econômica, tornam a modernização acelerada da produção responsável pela eliminação de muitos empregos.¹

Outro fator de modernização na gestão da produção, incluindo também o setor administrativo, é a terceirização. As empresas passaram a trabalhar com três níveis hierárquicos em média, ao invés de cinco. Na produção, por exemplo, o trabalhador que faz o controle de qualidade também desapareceu, porque as empresas estão treinando seus empregados para fazer o controle de qualidade desde o início da produção. Segundo, ainda, o IBGE, isto é interessante destacar pois, os salários não acompanharam a produção. Na mesma pesquisa anteriormente citada, o salário médio real caiu 3,3% e a massa salarial que mede o volume de salários pagos diminuiu 13,3% e dos empregados que perderam o vínculo empregatício muitos continuam no mesmo local de trabalho por um salário menor.

Em contrapartida, a reação dos sindicatos não responde ainda à altura, embora tenha diversificado mais sua pauta de reivindicações e, ultimamente incluído nas negociações a questão da manutenção dos empregos.²

Uma alternativa ao nível do controle operário é o contrato coletivo de trabalho, que pressupõe mais liberdade sindical, mas com risco de sua diluição se a pluralidade das representações sindicais por local e ramo econômico não forem bem demarcadas e organizadas. Além do que, no âmbito mais am-

¹ É o caso do Brasil, onde se prevê que quando a economia voltar a crescer, a indústria não vai repor toda a mão-de-obra demitida. Segundo levantamento do IBGE (O Estado de São Paulo, 06/12/92, p.7) em indústrias de São Paulo. Várias indústrias, em diferentes ramos, eliminaram milhares de pessoas de seu quadro, sem diminuição, da produção, e com aumento da produtividade. A Autolatina, por exemplo, de janeiro a maio de 1992, produziu 20% mais com 2% menos de funcionários. A indústria automobilística, citada no mesmo estudo, emprega hoje praticamente o mesmo número de funcionários que empregava em 1982, mas produz anualmente cerca de noventa e oito mil veículos a mais.

² Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, procurou-se evitar redução da categoria, por causa da terceirização, durante as negociações em novembro, incluindo uma cláusula no acordo coletivo que obrigava a manter o funcionário "terceirizado", mas não funcionou. Ainda conforme o citado sindicato, metade das demissões nos últimos anos é decorrente da modernização.

plo das relações de produção, os sindicatos ainda ressentem-se da falta de preparo.³

Tais fatores de reordenação da força de trabalho relacionam-se também com sua diversidade, quer nos mesmos ramos produtivos, quer em ramos diferentes.

Um exemplo desse caso, também no Brasil, é o crescimento do terciário, que não necessariamente absorve mão-de-obra oriunda do desemprego industrial. Existem hoje diferentes níveis de trabalhadores em serviços, do mais simples ao mais sofisticado, passando a ocupar nos pólos urbanos, grande parcela da mão-de-obra ativa.

Alguns afirmam que o crescimento deste setor como grande absorvedor de mão-de-obra é o que caracteriza o estágio de desenvolvimento pós-industrial. Independente de tal tipificação, interessa aqui ressaltar que se trata de inegável redesenho da reordenação das forças de trabalho, com alterações em sua configuração de classes.

Algo mais é importante ainda observar sobre o que está acontecendo neste aspecto, quanto ao alcance que tais fatores podem ter no desenvolvimento das forças produtivas e suas alterações conseqüentes. Com a "revolução" informática, é possível um macro efeito da micro-eletrônica sobre nossas vidas sociais.

Verifica-se que as condições de trabalho e a distribuição de empregos está passando por modificações profundas em conseqüência do processo de automação. Esse percurso começou há pouco mais de trinta anos, salvo dado mais preciso.

Mas só nos últimos anos foi que a importância e premência desses problemas alcançaram pleno reconhecimento - isso devido ao aparecimento no mercado mundial do microprocessador, aquela peça de equipamento eletrônico que pode assumir o controle de toda uma variedade de atividades de produção e de muitos serviços, afastando dela o ser humano. Não existe ainda uma avaliação de todas as conseqüências sociais e econômicas deste fato.

Em primeiro lugar verificou-se a automação, agora verifica-se que o microprocessador mostrou ser de longe o instrumento mais eficiente para se

³ Conforme o presidente da CUT - Central Única de Trabalhadores, "ainda é difícil discutir dentro da CUT questões como reforma fiscal e até mesmo as câmaras setoriais, que seriam uma pequena amostra da discussão de um contrato coletivo de trabalho" (O Estado de São Paulo, 1992, p.22).

⁴ Estudo feito recentemente pela Burson-Marsteller/Corporate Territory para o Comitê de Serviços da Câmara Americana de Comércio (Folha de S. Paulo, 10/12/92) revela algo da dimensão deste setor. No ano de 1991, uma participação estimada no PIB de 56,8% e, dos sessenta e dois milhões das pessoas ocupadas a partir dos 18 anos de idade em 1990, 54,47% encontravam-se em atividades ligadas ao setor de serviços.

lidar com o vasto e rapidamente crescente fluxo de informações, cujo papel na vida do mundo moderno mal pode ser imaginado.

Os sistemas anteriores eram utilizados em operações de memorização e em algumas operações lógicas. Depois, em decorrência do crescente refinamento dos circuitos, foi possível inserir em uma única pastilha de silício os meios de realizar funções lógicas, de memorização e de “input”/“output” e de inter-relacionar as tais funções.

Dizem os especialistas da área que essa abertura levou a criação, em 1971, do primeiro microprocessador - como fator de economia e velocidade e de inteligência artificial. Daí para cá este progresso está sendo muito mais rápido. As chamadas “gerações tecnológicas” de equipamentos surgem com muito mais frequência, tomando conta do mundo produtivo.

O microprocessador e o microcomputador estão desempenhando papel de alta importância no desenvolvimento de muitos setores da indústria. Há quem diga que num futuro não muito distante a tecnologia micro-eletrônica estará sendo aplicada em mais de duzentas mil finalidades na indústria e no lar. Trata-se, sem dúvida, de uma verdadeira revolução tecnológica. As unidades e sistemas dotados de microprocessadores estão sendo utilizadas cada vez mais em muitos campos, notadamente na medicina, onde se observa um grande avanço.

Portanto, o microprocessador e o microcomputador fazem parte de um fenômeno que em muitos círculos é chamado “revolução informática”. Na sua síntese, o computador é uma máquina de informação que estabelece relação entre fatos diferentes, compara analogias e realiza outras funções; ele mantém interação com o seu meio e ajuda a modificá-lo, mostrando-se assim capaz de substituir a intervenção humana em muitos processos intelectuais.

Neste ponto situa-se o intrigante desta lógica referida anteriormente; é a lógica da evolução até mesmo no aspecto biológico. Isto porque a invenção do microprocessador, pode ser considerada outro grande salto no que se refere ao progresso da informação. PELA PRIMEIRA VEZ NA HISTÓRIA TORNOU-SE POSSÍVEL GUARDAR FORA DO CÉREBRO NÃO APENAS INFORMAÇÃO, MAS TAMBÉM INTELLECTO. Quando pensamos que vários dos estágios de saltos tecnológicos estenderam-se por um período de cem milhões de anos, depois outros estenderam-se por vários milhões de anos e que os últimos estão relacionados às três últimas décadas, compreendemos que todo o progresso das técnicas de informação está se acelerando a um ritmo quase inacreditável.

As organizações políticas e sindicais estão preparadas para isso? As organizações educacionais estão preparadas para isso? É possível que não, principalmente nas sociedades dependentes. O rápido progresso da micro-eletrônica, o ritmo de renovação das técnicas e da tecnologia e a produção acelerada de aparelhamento micro-eletrônico, tornam indispensável a reciclagem de um mundo substancial de trabalhadores e o seu treinamento em técni-

cas novas, além de criar uma demanda extra, qualitativa e quantitativa, de quadros científicos e técnicos, apesar do grande desemprego que promove.

Nas sociedades subdesenvolvidas a introdução da micro-eletrônica cria uma série de problemas adicionais, visto que a adoção de tecnologias adequadas exige investimentos vultuosos em capital e sólidas infra-estruturas científicas e técnicas. O Brasil experimenta dificuldades sérias na execução de seus programas próprios de pesquisa e desenvolvimento em computadores, telecomunicações e outros campos. Hoje, as empresas transnacionais concentram os arquivos e bancos de dados que têm as informações e serviços das indústrias de transformação. O que faz situar difíceis condições de competitividade as empresas nacionais ou locais. Por isso, respostas às questões suscitadas pela aplicação generalizada da informática, estão ligadas aos problemas da educação, da ciência e da cultura, quer dizer, aos problemas do desenvolvimento das forças de produção, na relação capital-trabalho, produtor-consumidor, globalização de mercados e modernização tecnológica.

Novamente aqui, o destrinchar destas relações justifica à sociologia geral e à sociologia do trabalho a compreensão de como a sociedade que não prescinde do trabalho move-se pela lógica do capital que na sua reprodução torna dispensável o trabalho humano. Não está aí também, o seu próprio paradoxo já assinalado no início deste trabalho?

ARTIFICIALIDADE E AUTO-PRODUÇÃO

É necessário, também, abordar a artificialidade que toma a relação homem-natureza no atual estágio de alto grau de desenvolvimento científico, onde deve-se formular indagações sobre suas conseqüências e sobre a preparação das ciências sociais para respondê-las.

Novos saberes e novos poderes estão em jogo com os avanços da genética, e através da qual, sob a lógica do capital, uma forma de auto-produção se coloca. É o que Paul Rabinow chama de "bio-sociabilidade" (1991, p.85).

A base de tal preocupação na argumentação de Paul Rabinow origina-se na observação de François Dagognet que

"Identifica três revoluções principais nas nossas atitudes em relação ao mundo; a primeira foi a possibilidade de uma mecanização do mundo, associada a Galileu; a segunda foi a Revolução Francesa, que mostrou à humanidade que suas instituições lhe pertenciam, e conseqüentemente os homens poderiam se tornar 'senhores das relações sociais'; a terceira, que está agora à mercê de nossa vontade, não se refere nem ao universo nem a sociedade, mas à própria vida" (Rabinow, 1991, p.92).

A revolução sobre a própria vida, com base social e biológica (genética) é aquela dentro da qual o homem é um ser distinto porque é “tanto o sujeito quanto o objeto de seu próprio saber” (op.cit., p.79). Tal relação é possível com os avanços da engenharia genética no conhecimento e manipulação dos genes por meio da decodificação do DNA. A experiência programada como de maior alcance neste sentido é o Projeto Genoma, que visa os possíveis três bilhões de pares de base no DNA humano. As possibilidades, inclusive de fornecimento privado de DNA sintético, já não é obra de ficção científica, onde seu seqüenciamento significa identificação, mapeamento e programação feita sob encomenda. O risco ético aqui suposto é justamente a eliminação do “risco”, quer dizer, da população de risco e padronização, otimização do sujeito “eficiente” e “adaptável”. A referência inicial ao artificialismo sustenta-se nesta proposta já em investigação, de possibilitar a neutralização da contextualização social pela abordagem instrumentalista do ambiente e do indivíduo. Ainda conforme Rabinow:

“Estamos aos poucos abandonando a antiga vigilância face-a-face de indivíduos e grupos já conhecidos como perigosos ou doentes, com finalidades disciplinares ou terapêuticas, e passando a projetar fatores de risco que desconstróem ou reconstróem o sujeito individual ou grupal” (op.cit., p.86).

Em vez da doença, a deficiência é associada ao mundo produtivo e não só holístico, na administração de diferenças. A alimentação moderna, como mercadoria, já é processada industrialmente para a uniformidade e demonstra o quanto o espaço e a reprodução biológica já são dominados pelo processo de produção capitalista, onde sua capacidade de manejar os ritmos do tempo biológico é mais uma modalidade técnica que corrobora a divisão social do trabalho cuja função social é a acumulação, aumentando o controle sobre todo o processo de produção. Este exemplo, evidencia-se como também no campo da vida, onde os saberes modificam as práticas de trabalho, tornando-as mais transitórias ainda perante a “superioridade do biológico”. O inusitado sociológico de tal postulação é de que a separação e distância dos produtores dos meios não seria só histórica - socialmente falando - seria também biológica e irreversível. Em que termos isso já não existe além de ficção? Não é pura ficção as relações de gênero, idade e sexo, desde quando tornadas mercadorias, já destituíram a vida tornando a força de trabalho meio e coisa. Trata-se agora não só da fetichização dessas relações, o que pode ser historicamente negado. O que parece se propor agora, seria o que promete ser irreversível, a fetichização artificializada pela ciência da vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vista do que foi desenvolvido, o que se apresenta agora é a tese de que a sociedade industrial não se explica nela mesma, um fim próprio que viesse a justificar os desequilíbrios sociais e ecológicos.

É necessário ter os modos de produção historicamente dados como referências importantes para a compreensão sociológica da modernização da sociedade industrial, agora chamada de pós-industrial, bem como para compreensão das suas formas de renda e acumulação de riquezas, políticas sociais e relações industriais e trabalhistas. A observância desta tese é imprescindível no comprometimento social da produção, principalmente das relações sociais de trabalho, quer como trabalho vivo ou não, quer como desenvolvimento científico-tecnológico, quer como intervenção ecológica, quer como bio-poder e geração de auto-produção da vida.

Na análise de quaisquer sociedades são estas as referências que lhes imprimem sociabilidade, em cujo espelhamento pautam-se as demandas mediatizadas pelas distintas ações organizacionais dos homens - como agentes políticos. São referências metodológicas importantes, mesmo nas sociedades avançadas, de grande exigências de produção, eficiência, resultados e diminuição do trabalho vivo ligado à reprodução do capital, onde a intensa reificação parece sufocar qualquer representação e autonomia dos sujeitos, pela não transparência das relações de propriedade.

Nestas sociedades, cuja forma de ser é o ser social contraditório, permanentes aumentos de demandas das condições produtivas estruturam-se paradoxalmente com a permanente diminuição do trabalho necessário à reprodução social do capital, cuja valorização faz-se aparentemente autônoma.

De fato, as possibilidades de diminuição do tempo de trabalho produtivo se realizou juntamente com a diminuição do valor dos salários. É a **desvalorização do trabalho** tese decorrente do modo de produção que lhe explica, alienante porque fetichizado. Sendo assim, como primeiro recurso metodológico da sociologia, cabe-lhe expor a fetichização, sem a qual a desvalorização do trabalho aparece apenas como não trabalho, e não como exploração. Sua supressão exigiria sua negação pelo seu inteiramente contrário: a valorização do trabalho como grandeza concreta de realização da justiça social. Na verdade, a desvalorização do trabalho tem relação direta, quer dizer, resulta da subsunção do trabalho ao capital, sob a forma de mais-valia.

Esta tese não necessariamente contrapõe-se às formas de interações subjetivas e de ações comunicativas como alternativa ao caráter essencialmente totalitário da sociedade moderna a impregnar o comportamento dos homens.

Entretanto, é preferível não ignorar “a conexão íntima entre o entendimento e o fazer, entre a comunicação e a ação estratégica” (Giannotti, 1991,

p.23). Localizam-se aí, determinações recíprocas que Giannotti propõe que não devem ser jogadas fora. No mesmo texto, Giannotti, reafirma:

“Se a teoria do valor trabalho hoje em dia perde sua pertinência econômica, creio ser ela ainda relevante para a análise da alienação desse processo de trabalho, atualmente marcado pela falta de sua medida” (op.cit., p.23).

Depreende-se que, uma coisa é colocar os conceitos relativos à esfera do trabalho e da produção como metodologicamente aproximativos, não absolutos para uma sociedade não acabada, e outra coisa é excluí-los e introduzir a política com um alto grau de indeterminação numa sociedade que não reconhece o que não tem objetividade comercial ou convertibilidade em preços; afinal, são os seus laços.

Finalmente, é possível considerar a tese de que a contínua evolução tecnológica poderá libertar o homem do trabalho alienado, mas não do trabalho. Embora quase equivalentes, o trabalho é objetivação do processo de produção social dos homens, e o trabalho alienado é forma de objetividade, reificação e como já foi dito, pode ser transitório ao primeiro, principalmente se considerado como resultado da subsunção real ao capital.

Portanto, a atividade humana como não trabalho, por enquanto, é um conceito utópico.

Não poderia uma sociedade que elimina o trabalho dispensar também os patrões? Para que serviriam os patrões se o trabalho não servisse mais? Servem os patrões porque ainda residem, não superadas, as contradições relativas à propriedade e aos objetos sociais das formas de propriedade.

É cedo talvez para a sociologia conceder esta anistia. Tal paradoxo, a possibilidade da sociologia do trabalho, sem o trabalho, é parte do seu objeto. O trabalho como funcionalidade moral, ética ou esteticamente explicável em si mesmo é uma idéia; o que se coloca é o trabalho como mercadoria, fetichizado, e o desafio maior da sociologia do trabalho está principalmente em contribuir na exposição de tal fetichização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Cardoso, Ciro Flamarion. **Ensaio racionalistas**. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- Friedman, Georges. O objetivo da Sociologia do Trabalho. In Friedman, G., Naville, P. **Tratado de Sociologia do Trabalho**. São Paulo: Cultrix, 1973. p.19-44.
- Giacometti, Celso. Setor de serviços o maior empregador do país. **Jornal Folha de São Paulo**, Caderno 2, 10.12.91, p.2.

- Giannotti, José Arthur. **Origens da dialética do trabalho**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.
- _____. **Trabalho e reflexão - ensaios para uma dialética da sociabilidade**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- Gorz, André. **Crítica da divisão do trabalho**. São Paulo: Martins Fontes, 1980.
- Habermas, Juergen. **A crise de legitimação no capitalismo tardio**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980.
- Hobsbawn, Eric. **A era das revoluções - Europa 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- Krischke, Paulo José. Necessidades y sujetos sociales. **Revista Mexicana de Sociologia**, n. 3, jul./set. 1989.
- Leo Mar, Wolfgang. Modernidade: o trabalho forma. *Revista Teoria & Debate*. **Revista Trimestral do Partido dos Trabalhadores**. n. 13, São Paulo, jan./fev. 1991. p.62-5.
- Marx, Karl. **O Capital** (capítulo inédito). Livro I/Capítulo VI. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.
- Metalúrgicos debatem implantação do contrato coletivo de trabalho. **O Estado de São Paulo**, 06.12.1991, p.22.
- Offe, Claus. Trabalho: a categoria-chave da sociologia? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. vol. 4, n. 10, jun. 1989.
- UNICEF - Relatório 1991 - Situação mundial da infância.
Folha de São Paulo. Caderno 2, Finanças, 10/12/1992. p.2.
- Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.
- Giannotti, José Arthur. Habermas: mão e contramão. **Novos estudos CEBRAP**. São Paulo, n.31, p.07-25, out. 1991.
- Rabinow, Paul. Artificialidade e ilustração. **Novos estudos CEBRAP**. São Paulo, n.31, p.79-93, out. 1991.
- Sochor, Lubonir, Lukács e Korsch: a discussão filosófica dos anos 20. In: Hobsbawn, Eric. **história do marxismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p.45-48.